

Orações concessivas introduzidas por *embora*: uma análise Discursivo-Funcional

(Concessive clauses introduced by “although”:
a Functional Discourse Grammar analysis)

Talita Storti Garcia¹

¹Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (Ibilce) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) – Campus de São José do Rio Preto

talita@ibilce.unesp.br

Abstract: This paper presents a description of concessive clauses introduced by *embora* (*although*) in the variety of Brazilian Portuguese spoken in the northwestern region of São Paulo State. The study is based on the theory of Functional Discourse Grammar. We analyse in which levels and layers such constructions are constituted by identifying morphosyntactic, semantic and pragmatic properties. The results show that these clauses tend to be constituted in the pragmatic domain and are more related specifically to the interactional aspects of language.

Keywords: concession; spoken Portuguese; although; Functional Discourse Grammar.

Resumo: Este artigo apresenta uma descrição das orações concessivas introduzidas por *embora* no português falado no noroeste do Estado de São Paulo com base na teoria da Gramática Discursivo-Funcional. Por meio da caracterização morfosintática, semântica e pragmática dessas orações, verifica-se em que níveis e em que camadas tais construções atuam. Os resultados mostram que essas construções tendem a se constituírem no domínio pragmático, relacionando-se mais especificamente aos aspectos interacionais da língua.

Palavras-chave: concessão; português falado; embora; Gramática Discursivo-Funcional.

Considerações iniciais

A conjunção *embora* é considerada subordinativa prototípica no que diz respeito à expressão da concessão em português¹ (CEGALLA, 1985; CUNHA; CINTRA, 1985, 2001; CASTILHO, 2010). Esta pesquisa, baseada em dados coletados no português falado no interior paulista (GARCIA, 2010),² confirma essa prototipicidade e revela que essa conjunção está entre as mais recorrentes na expressão da concessão na modalidade falada da língua portuguesa.

Segundo Bagno (2011), *embora* sofreu um processo de gramaticalização, ou seja, uma palavra autônoma se transformou num elemento gramatical, pois *embora* é procedente da locução *em boa hora*, que passou a funcionar como advérbio, preposição e conjunção concessiva, sendo esse último o caso que nos interessa no presente estudo.

1 *Embora* corresponde, em inglês, a *although*, no inglês antigo *deah*, que, de acordo com König (1985), era o único conectivo que poderia ser empregado com significado concessivo. Isso nos mostra a natureza essencialmente concessiva desse nexos também na língua inglesa.

2 Este artigo é parte dos resultados da tese de doutorado intitulada “As relações concessivas no português falado sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional”, defendida na Unesp, Campus de São José do Rio Preto, sob orientação da Profª. Dra. Erolilde Goreti Pezatti.

As orações concessivas, de acordo com Castilho (2010, p. 377), “estabelecem um contraste com a matriz, assumindo a estrutura *Embora P, Q*”. Nesse caso, ainda segundo o autor, elas podem atuar discursivamente, pois alteram o eixo argumentativo. Funcionam como uma possível negação com relação ao que está contido na oração principal, colocando-se em primeiro lugar na sentença complexa. Em função disso, gramaticalmente, essas orações ocorrem com verbo no subjuntivo.

É possível observar na literatura (CREVELS, 1998; NEVES, 2000; NEVES et al., 2008; GARCIA; PEZATTI, 2013) que a natureza das orações introduzidas por *embora* pode variar. De acordo com Neves (2000, p. 872), “as relações expressas nas construções concessivas variam conforme o ‘nível’³ em que se estabelecem”, podendo haver relações entre estados-de-coisas, proposições e atos de fala. Crevels (1998), em um estudo que descreve as concessivas da língua espanhola, acrescenta um quarto tipo, as concessivas textuais, quando a oração concessiva se relaciona a porções textuais anteriores. A autora argumenta ainda que diferentes subtipos de concessivas apresentam graus distintos de integração com relação à oração principal (CREVELS, 1998, p. 141), assim, as concessivas que atuam nos domínios mais baixos apresentam maior grau de integração à principal do que as que atuam nos domínios mais altos.

Como se pode observar, as orações concessivas podem atuar em diferentes estratos e, com isso, servirem a propósitos comunicativos diferentes. Tendo isso em vista, o objetivo deste artigo consiste em descrever as orações concessivas introduzidas por *embora* no português falado no noroeste do Estado de São Paulo à luz da Gramática Discursivo-Funcional. Pretende-se, por meio da caracterização morfossintática, semântica e pragmática dessas orações, verificar em quais Níveis e camadas propostos pelo modelo elas podem ocorrer e se há preferência por algum deles.

O universo de investigação consiste no corpus Iboruna (GONÇALVES, 2010), um banco de dados que registra o português falado na região noroeste do interior paulista, nucleada em torno da cidade de São José do Rio Preto. Esse corpus é constituído por duas diferentes amostras: a primeira é a Amostra de Interação (AI), que constitui amostras de fala coletadas secretamente em situações livres de interação social, e a segunda é a Amostra Censo (AC), que constitui amostras de fala controladas sociolinguisticamente, diálogos entre documentador e informante. Neste estudo selecionamos somente os inquéritos da Amostra Censo, uma vez que esse conjunto de coletâneas apresenta textos mais longos e mais elaborados, o que confere um caráter de maior espontaneidade por parte dos informantes. Cada informante gravou cinco tipos de textos diferentes: narrativa de experiência pessoal (NE), narrativa recontada (NR), relato de opinião (RO), relato de procedimento (RP) e relato de descrição (DE). Após cada ocorrência utilizada neste artigo, seguem, portanto, as respectivas informações: Amostra Censo (AC), número do inquérito (23, por exemplo), tipo de texto utilizado, como exemplo, Narrativa Recontada (NR) e, por último, a linha em que se encontra tal ocorrência na transcrição (L. 132), o que se resume em AC-23; NR: L.132.

Todas as ocorrências foram analisadas de acordo com os seguintes fatores: 1. Presença de Atos Interativos (*né, então* etc.); 2. Presença de Função Retórica; 3. Identidade

3 O termo “nível” usado por Neves (2000) não corresponde exatamente ao conceito de “Nível” da Gramática Discursivo-Funcional. Ao usar “nível” a autora refere-se a entidades, diferentemente do que se entende por “Nível” na perspectiva Discursivo-Funcional, que o concebe como uma estrutura de representação hierárquica formada por várias camadas.

entre os participantes envolvidos na construção; 4. Factualidade; 5. Camada de atuação da oração concessiva e da principal; 6. Forma verbal da oração concessiva; e 7. Posição da oração concessiva: anteposta ou posposta à oração principal, tomando o verbo da oração principal como referência. É preciso deixar claro que, dentre esses critérios, somente aqueles que se mostraram relevantes e significativos para a análise das orações introduzidas por *embora* serão abordados na descrição das construções neste trabalho.

Este artigo está organizado da seguinte forma: na primeira seção, apresentamos um breve histórico do processo de gramaticalização de *embora* a fim de estabelecer algumas relações com os dados. Na segunda seção, descrevemos alguns preceitos e uma breve organização da teoria da Gramática Discursivo-Funcional fundamentais para a interpretação dos resultados. Na terceira seção, apresentamos a atuação das construções introduzidas por *embora* no domínio semântico; enquanto na seção 4, descrevemos sua atuação no domínio pragmático. Na seção 5, por sua vez, consideramos os principais resultados obtidos nesta pesquisa.

Gramaticalização de *embora*

Admite Castilho (2010) que o sintagma preposicionado *em boa hora* foi usado até o século XV após o verbo *ir* no subjuntivo volitivo, isto é, aquele que exprime desejo, volição, “para expressar um bom augúrio” (CASTILHO, 2010, p. 378), conforme representado em (01) a seguir:

(01) *Vá em boa hora!* (CASTILHO, 2010, p. 378)

Em (01), o verbo *ir*, seguido da estrutura *em boa hora*, expressa o desejo do falante de que o ouvinte tenha um bom retorno. A partir desse uso, inicia-se o processo de gramaticalização, que, segundo Castilho (2010), divide-se em quatro etapas básicas, as quais apresentamos a seguir com o objetivo de estabelecer relações com os tempos e modos verbais dos dados utilizados neste artigo.

1ª etapa: *em boa hora* perde a noção de volição, sofre redução fonológica e dá origem ao advérbio locativo *embora*, que significa “espaço vago” e continua a ocorrer ao lado de verbos de movimento, conforme (02). Outros verbos, no entanto, aparecem ao lado desse advérbio, como em (03), em que se nota o verbo *mandar* (*mandar embora*):

(02) ... a firma fala “tchau... **vai embora**” (D2 SP 343). (CASTILHO, 2010, p. 378)

(03) Tem todo direito... ninguém vai poder **mandar** ele **embora** (EF RJ 364). (CASTILHO, 2010, p. 378)

2ª etapa: *embora* não mais ocorre somente com verbos que indicam movimento, passa a ocorrer com qualquer verbo. Nesse processo, migra para o início de uma sentença negativa, ocorrendo antes da partícula *que* em contextos volitivos, o que faz com que os verbos manifestem-se no subjuntivo, conforme (04):

(04) **Embora que** não *tenha* razão, ainda assim insiste. (CASTILHO, 2010, p. 378)

3ª etapa: *embora* passa a funcionar sem o *que*, assumindo o seu papel de conjunção, desenvolvendo um sentido aproximado de “ok, tudo bem, eu admito que não tenha razão” (CASTILHO, 2010, p. 378). Em contextos negativos, *embora* absorveu o valor de negação de expectativas e o uso do subjuntivo passou a ser frequente (cf. 05).

(05) **Embora** não tivesse tirado o hábito, já se comportava como um leigo. (CASTILHO, 2010, p. 379)

4ª etapa: *embora* passa a reger formas nominais do verbo, como em (06), e a introduzir constituintes sentenciais, conforme exemplificado em (07):

(06) **Embora** não tendo tido interesse momentâneo (D2 SP 255). (CASTILHO, 2010, p. 379)

(07) Tive oportunidade de fazer pesquisas sobre a maneira de falar do cearense... do bahiano... ahn **embora** nordestinos (D2 SP 255). (CASTILHO, 2010, p. 379)

Castilho (2010), a partir de um exame geral das orações concessivas, aponta dois esquemas sintáticos possíveis de ocorrência para *embora*:

1º esquema: *P, embora não Q: Eu gosto muito de chuchu embora todo mundo ache chuchu uma coisa sem graça* (DID RJ 328) (CASTILHO, 2010, p. 379), em que, para o autor, o caráter negativo de Q está implícito em “achá-lo uma coisa sem graça, portanto não gostar dele”.

2º esquema: *Não P, embora Q: Evito comer queijos, embora goste muito* (CASTILHO, 2010, p. 379), em que o caráter negativo de P está na sequência “evito comer” ou “não como”.

Neves (2000) resume esses dois esquemas ao afirmar que, quando a oração concessiva é negativa, a oração nuclear é positiva e vice-versa, em função da relação de concessão com a não satisfação de condições e com a frustração de causalidades possíveis. Para a autora, esse jogo de polaridade é facilmente explicável pela natureza contrastiva das construções concessivas. Do ponto de vista lógico, para Neves, há um único esquema que define a concessão: *Embora P, Q*, sendo *P* a oração concessiva e *Q* a oração principal. A partir disso, Neves reconhece que há concessão quando *P* não constitui razão suficiente para não *Q*.

A Gramática Discursivo-Funcional: algumas considerações

A Gramática Discursivo-Funcional, doravante GDF, é uma vertente funcionalista que encontra sua base na Gramática Funcional de linha holandesa (DIK, 1989). Ambas trabalham com a hipótese de que grande parte das categorias formais pode ser explicada se levarmos em conta suas correspondências com as categorias semânticas e pragmáticas inerentes à comunicação humana. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2009), a GDF não se restringe a orações (*clauses*),⁴ mas adota o Ato Discursivo como unidade de análise, que abrange unidades tanto maiores quanto menores do que as orações.

4 O termo *clause* foi traduzido como *orações completas* por Hengeveld e Mackenzie (2009), mas optamos por utilizar somente *oração* neste artigo, conscientes de que não corresponde ao conceito tradicional de oração.

A Gramática Discursivo-Funcional, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), apresenta as seguintes características:

- (i) considera o Ato Discursivo como unidade básica de análise. Isso faz com que se considere o *discurso*, em vez da sentença, tratando-se tanto de atos discursivos maiores quanto menores do que a oração;
- (ii) diferencia Níveis de organização linguística: o Interpessoal, o Representacional, o Morfossintático e o Fonológico;
- (iii) estrutura cada Nível de organização linguística hierarquicamente;
- (iv) apresenta os Níveis de análise de cima para baixo (*top-down*); ou seja, inicia a sua organização partindo da representação das manifestações linguísticas da intenção do falante no Nível Interpessoal e, gradualmente, desce até o Nível Fonológico;
- (v) modela a competência gramatical de um usuário da língua. Isso é representado pelo componente gramatical, ao lado dos componentes Conceitual, Contextual e de Saída.

Os quatro Níveis propostos pela teoria: Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico, apresentados dentro do Componente Gramatical, estão internamente organizados em camadas hierárquicas e são alimentados por um conjunto de primitivos, que definem as possíveis combinações de elementos para cada nível. As camadas têm sua própria variável e são restringidas por um núcleo (obrigatório) e por modificadores⁵, sendo especificadas por meio de operadores e funções.

Para este trabalho, interessa-nos o Nível Interpessoal e o Representacional. O Nível Interpessoal está intimamente relacionado aos aspectos pragmáticos da interação; suas camadas são: Movimento (M), Ato Discursivo (A) e Conteúdo Comunicado (C), sendo que as duas primeiras serão fundamentais para a descrição dos nossos dados. Já o Nível Representacional se relaciona aos aspectos semânticos da unidade linguística. As unidades linguísticas são descritas em termos das categorias semânticas que elas determinam. Essas categorias consistem respectivamente em: Conteúdos Proposicionais (p), que podem conter um ou mais Episódios (ep), que, por sua vez, podem conter uma ou mais descrições de Estados-de-Coisas (e), que se caracteriza por uma Propriedade Configuracional (f). Para esta pesquisa, nos restringiremos à camada mais abrangente desse nível, o Conteúdo Proposicional, essencial para a análise das ocorrências.

É também importante para a análise caracterizar o Nível Morfossintático, que se relaciona aos aspectos morfológicos e sintáticos da unidade linguística. Nesse Nível, as unidades linguísticas são analisadas em termos de seus constituintes sintáticos, partindo das camadas mais altas em direção às mais baixas, temos: Expressões Linguísticas, Orações, Sintagmas e Palavras. A Expressão Linguística consiste em qualquer conjunto de pelo menos uma unidade morfossintática. As unidades que se combinam em uma expressão linguística podem ser Orações, Sintagmas ou Palavras.

⁵ *Modificador* (σ) é o nome dado na Gramática Discursivo-Funcional ao que era denominado *satélite* (σ) na Gramática Funcional. Diferentemente de *operadores* e *funções*, que são meios gramaticais, os modificadores são meios lexicais usados para especificar um núcleo.

O último Nível de análise, o Fonológico, é responsável por todos os aspectos da codificação não abrangidos pelo Nível Morfossintático. Ele recebe o *input* de todos os outros três níveis e fornece o *input* para o Componente de Saída. Está organizado em: Enunciado, Frase Entonacional, Frase Fonológica e Palavra Fonológica.

Dentro desse modelo, conforme Hengeveld e Mackenzie (2008) a Concessão pode ocorrer no Nível Representacional ou no Nível Interpessoal. Abordaremos, a seguir, o primeiro caso, quando essa relação se dá no Nível Representacional, que trata dos aspectos semânticos da unidade linguística.

Orações introduzidas por *Embora* no Nível Representacional

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), no Nível Representacional, a relação de concessão ocorre na camada mais abrangente, a do Conteúdo Proposicional (p). Trata-se de um constructo mental – conhecimentos, crenças e desejos – que não pode se localizar no espaço e no tempo, só pode ser qualificado em termos de sua verdade e qualificado em termos de atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença), e/ou em termos de sua origem ou fonte (conhecimento partilhado, evidência sensorial, inferência).

Os dados desta pesquisa corroboram a atuação da relação de concessão na camada do Conteúdo Proposicional, pois constatamos que 14% das ocorrências introduzidas por *embora* se dão nesse estrato.

A essa camada correspondem as concessivas apontadas pela tradição gramatical, já que representam um obstáculo que não impede ou modifica a declaração da oração principal, conforme mostra a ocorrência (08) a seguir:

(08) [*embora eu tenha perdido a eleição*][*foi muito gratificante... éh:: ter participado daquilo::...*] porque:: a gente passa a conhecer as pessoas... (AC-113; NE:L.10)

Em (08), nota-se que *perder a eleição* poderia constituir um obstáculo para que uma disputa eleitoral fosse gratificante, mas, nesse caso, não é. Pode-se aplicar aqui o esquema proposto por Neves (2000), *Embora P, Q*, pois *P, perder a eleição*, não foi razão suficiente para *não Q*, ou seja, não considerá-la gratificante. De acordo com o esquema de polaridade proposto pela autora, a concessão ocorre em função dos traços negativos apresentados pela oração concessiva (*perder a eleição*) e positivos apresentados pela oração principal (*foi gratificante*).

Observamos, portanto, que há uma relação de contraste entre as duas estruturas envolvidas, a principal e a subordinada, e que tal contraste reside na oposição de possíveis ideias entre o falante e seu interlocutor. Isso significa que, discursivamente, em (08), a construção concessiva *embora eu tenha perdido a eleição* representa uma possível objeção por parte do ouvinte. O falante adianta esse possível contra-argumento de seu interlocutor com base no senso comum e no seu conhecimento de mundo, já que, normalmente, quando se disputa uma eleição e o resultado é a derrota, o candidato não sente satisfação ou gratificação.

Como construções contrastivas, segundo Neves (2000), as construções concessivas são essencialmente argumentativas. Com base em Mizuno (2007) e Ilari (2008), admitimos

que, nesse caso, a força argumentativa recai sobre a segunda construção, representada pela oração principal *foi muito gratificante ter participado daquilo* (da eleição), pois é essa a informação que o falante deseja salientar ao ouvinte. Em outras palavras, do ponto de vista interacional, o falante quer destacar a sua participação, e não a sua derrota, nas eleições.

O estatuto de Conteúdo Proposicional das estruturas envolvidas em (8) pode ser atestado, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 54), pela impossibilidade de inserir o predicado *eu admita que* (*I concede that*):

(08') [**embora eu admita que tenha perdido a eleição*] [*foi muito gratificante ter participado daquilo*]

Vale ressaltar que essa paráfrase deve ser lida com um único contorno prosódico, sem pausa entre *embora* e *eu admita que*, pois caso haja dois contornos, a paráfrase pode ser válida.

Na realidade, ambas as construções envolvidas constituem Conteúdos Proposicionais, pois *perder a eleição* e *considerar algo gratificante* são construtos mentais, estão na mente do falante e foram criados a partir de suas percepções, crenças e conhecimentos.

Conteúdos Proposicionais podem ser factuais, quando são conhecimentos ou crenças sobre algo no mundo real, ou não factuais, quando são esperanças ou desejos em um mundo imaginário. Nossos dados revelam que as concessivas introduzidas por *embora* dizem respeito a crenças acerca do mundo real. Nos termos de Pérez Quintero (2002), são Conteúdos Proposicionais verdadeiros o que configura estruturas factuais, como se pode comprovar na ocorrência (09):

(09) [**embora** *seja... éh::... uma cultura perene*][*essa:: num vive muitos anos*. (AC-113; RP:L.158),

em que, no mundo real, a cultura é permanente e, além disso, para o falante, será algo sempre verdadeiro.

Os resultados desta pesquisa mostram que as orações encabeçadas por *embora*, no Nível Representacional, geralmente apresentam identidade entre os participantes envolvidos nas duas orações, na concessiva e na principal. Isso pode ser observado ainda na ocorrência (09), que compartilha o participante *cultura perene*.

Os dados revelam também que esse tipo de construção apresenta características peculiares no Nível Morfossintático, dentre as quais destacamos a forma verbal, já que o verbo da construção concessiva introduzida por *embora*, em nossos dados, ocorre exclusivamente no subjuntivo. É o que se observa nas ocorrências (08) e (09) já apresentadas, em que os verbos são, respectivamente, *tenha perdido* (locução verbal cujo verbo auxiliar se encontra no subjuntivo) e *seja* (presente do subjuntivo). A exclusividade desse modo verbal indica uma forte relação integração entre as estruturas envolvidas na relação concessão, prefaciada por *embora*, quando ela atua na camada do Conteúdo Proposicional, Nível Representacional, confirmando a hipótese de Crevels (1998, p. 143) de que o subjuntivo tende a ocorrer em construções concessivas pertencentes às camadas mais baixas, às quais corresponderiam as concessivas desse Nível.

A partir da constatação, nos dados, de que as concessivas introduzidas por *embora* pertencentes ao domínio semântico ocorrem exclusivamente com verbos no subjuntivo e, na maioria das ocorrências, apresentam identidade entre os participantes, admitimos, baseados em Crevels (1998), que essas orações são altamente integradas às principais, pois a autora teoriza que o subjuntivo predomina entre as construções concessivas que são fortemente integradas às orações nucleares.

Outro fator utilizado nesta pesquisa diz respeito à ordem das orações concessivas com relação à principal. A ordenação é um fator do Nível Morfossintático, pois esse Nível trata dos aspectos estruturais da unidade linguística. Esta pesquisa revela uma importante característica das orações concessivas introduzidas por *embora* que ocorrem entre Conteúdos Proposicionais: elas ocorrem geralmente antepostas à Oração Principal. Na GDF, a camada da Oração⁶ pode ser formada por uma sequência de Palavras, um ou mais Sintagmas. Essa anteposição da Oração Concessiva introduzida por *embora* pode ser facilmente compreendida quando olhamos para os aspectos pragmáticos, discursivos e argumentativos, já que o falante, na construção concessiva, adianta um possível contra-argumento por parte do ouvinte e coloca, na Oração Principal, o que considera mais importante do ponto de vista da argumentação. A oração concessiva, dessa forma, ocupa a posição P^l, que é uma posição periférica, psicológica e comunicativamente saliente. Sendo assim, considerando toda a Expressão Linguística, podemos considerar o seguinte padrão de ordenação para a estrutura apresentada em (09) anteriormente:

P ^l	P ^{l+1}	P ^M	P ^{M+1}
Embora seja uma cultura perene	essa	não vive	muitos anos

A partir do padrão acima, reconhecemos que o alinhamento no Nível Morfossintático depende de aspectos semânticos e pragmáticos vindos dos dois Níveis de análise precedentes, o Interpessoal e o Representacional, respectivamente.

Orações introduzidas por *embora* no Nível Interpessoal

Como já mencionado, Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 55) postulam a ocorrência das relações de concessão no Nível Interpessoal. Para eles, a concessão consiste em uma *função retórica*, como veremos mais adiante.

O Nível Interpessoal apresenta o Movimento como sua maior unidade de análise; em termos de *status* interpessoal, o Movimento é definido como “uma contribuição autônoma para a interação contínua” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 50). Uma das características do Movimento é oferecer a possibilidade de uma reação por parte do destinatário do ato de fala, que pode ser uma resposta ou uma objeção. Essa reação, por sua vez, também deve ser entendida como um Movimento. Essas unidades podem conter um ou mais Atos Discursivos combinados entre si.

Os Atos Discursivos, ao contrário dos Movimentos, não necessariamente impulsionam a comunicação em termos de objetivos conversacionais. A relação entre os Atos

⁶ A Oração, nos termos da GDF, é um agrupamento de um ou mais Sintagmas e, possivelmente, palavras gramaticais, caracterizada por um padrão de ordenação desses Sintagmas e por expressões morfológicas (regência e concordância) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2012, p. 60).

pode ser de dependência ou de equipolência. Quando dependente, haverá um Ato Nuclear e um Subsidiário. Essa relação de dependência se manifesta por meio da presença de *funções retóricas* no Ato Discursivo Subsidiário, dentre as quais destacamos a Concessão.

A concessão, no Nível Interpessoal, portanto, é reconhecida pela GDF como uma *função retórica*, “uma estratégia utilizada pelo falante para orientar o seu ouvinte” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 53).

Os dados dessa pesquisa referendam a ocorrência das orações encabeçadas por *embora* como *função retórica* (26% dos casos), ou seja, uma relação que ocorre entre dois Atos Discursivos, um Nuclear e outro Subsidiário, na verdade uma estratégia utilizada pelo falante para atingir seu objetivo conversacional.

Tal estratégia é implementada, portanto, por meio da enunciação de dois Atos Discursivos sucessivos, vejamos:

- (10) éh:: no Nordeste por exemplo nós temos... ainda o coronelismo onde:: aqueles... velhos coronéis ainda imperam a política... éh:: e [infelizmente éh:: a política:: num é/ num é... tratada assim como éh:: deveria ser... que as pessoas fossem livres] [*embora também o brasileiro... seja:: muito culpado disso... por vender seu voto...*] por (inint.) éh:: na maioria das vezes ou quase sempre... eles não procuram... éh::... votar naquele que realmente... PODE ser o melhor... ele:: vota naquele que é bonzinho... naquele que lhe faz uma promessa naquele::le:: que fa::z... enfim:: promessas mil éh:: o eleitor é levado... a votar nessas pessoas... (AC-113; RO:L.203)

Em (10), o primeiro Ato Discursivo consiste em *infelizmente a política não é tratada assim como deveria ser... que as pessoas fossem livres*, e o segundo consiste em *também o brasileiro seja muito culpado disso por vender seu voto*.

O estatuto de Ato Discursivo pode ser atestado pela presença do modificador *infelizmente* no primeiro Ato. Modificadores de Ato Discursivo permitem que o falante faça um comentário a respeito desse Ato, e é por meio desse elemento que o falante consegue se colocar no discurso “considero isso algo triste, inadequado, a política não deveria ser tratada assim”. Além do modificador, o estatuto de Ato Discursivo também pode ser atestado, conforme Hengeveld e Mackenzie (2008), pela possibilidade de inserir o predicado performativo *eu admita que*, conforme se observa na paráfrase de (10) em (10’) a seguir:

- (10’) [infelizmente a política não é tratada como deveria ser... que as pessoas fossem livres]
[*embora eu admita que o brasileiro... seja muito culpado disso por vender seu voto...*]

Nesse caso, a presença da conjunção *embora* indica que o segundo Ato Discursivo é subsidiário com relação ao primeiro, pois o falante concede a segunda asserção com relação à primeira. Isso significa que, discursivamente, o falante põe à disposição do seu interlocutor um argumento que introduz discordância, mas pretende, ao mesmo tempo, criar um equilíbrio ao reconhecer a existência simultânea de duas perspectivas potencialmente incompatíveis (COUPER-KUHLEN; THOMPSON, 2000). O falante, em (10), faz um julgamento sobre a política do Brasil e faz também uma consideração sobre a venda de votos dos brasileiros, reconhecendo que não há possibilidade de vender votos e ter uma política sólida ao mesmo tempo, ou seja, ele pondera as duas informações.

Com base nas funções discursivas encontradas por Günthner (2000) nas concessivas do alemão falado, podemos admitir que quando a concessão introduzida por *embora* ocorre como uma *função retórica*, apresenta a função discursiva de correção parcial ou total do que foi dito anteriormente, ou a correção de uma possível interpretação equivocada do ouvinte. Vejamos a ocorrência (11):

- (11) [...] aqui nós tivemos muito o café também a colheita do café... você/ na época da colheita... você:: passava a algumas pessoas na frente isso ainda muito usado manualmente... então você:: passava alguns panhando... batendo com sei lá (bolo) o::/ os grãos secos... éh:: da/ da/ da/ do/ do/ dos galhos do café com uma varinha vai puxando com a mão... o café cai no chão... ahm na época... que tinha quatro raízes... éh::... então vinha manualmente uma criança... afastar o café dessas... quatro... dessas quatro::... rodas desses quatro pés... hora que pudesse vinha um outro depois vinha rastelando e ainda outro... terceiro ou quarto ia apanhando o café e ia sacando de lá levado para o terreiro... sacado... e... guardado na tulha... para a posterior venda... [então era... uma atividade... que::eu sei fazer::] [**embora não tenha nada**... éh:: com a minha vida hoje... minha vida profissional]... mas... que eu sei fazer... também da agricultura... (AC-113-RP,187)

Em (11) temos um Relato de Procedimento (RO) em que o falante narra como se realiza a colheita manual de café e quais são os procedimentos de armazenagem que antecedem a venda. No final do relato, o falante tenta concluir sua fala respondendo à pergunta inicial do documentador, que requisitava contar algo que ele soubesse fazer, como se nota em “então era uma atividade que eu sei fazer”. No entanto, o falante não mais se dedica à colheita de café, como poderia ser interpretado pelos interlocutores, e corrige essa possível interpretação equivocada por meio do Ato Subsidiário *embora não tenha nada (a ver) com a minha vida hoje... minha vida profissional*, uma estratégia utilizada pelo falante para deixar claro ao ouvinte que não mais trabalha com agricultura, o que caracteriza *função retórica concessão*.

Nesse caso, quando constituem *função retórica*, os dados mostram que essas construções tendem a não apresentar identidade entre os participantes das orações envolvidas, como se observa claramente em (10), em que se nota o participante *a política* no primeiro Ato e o participante *o brasileiro*, no segundo Ato, o Subsidiário. A não identidade entre os participantes pode sinalizar menor grau de integração entre oração principal e concessiva (CREVELS, 1998) quando a concessão ocorre no Nível Interpessoal do que quando ocorre no Nível Representacional.

Outro fator relevante é a factualidade e, com base em Pérez Quintero, consideramos que os Atos Discursivos são sempre assertivos, pois, para o falante, serão verdadeiros, reais, sejam eles negativos ou positivos, sendo, portanto, sempre factuais. A ocorrência (11) pode exemplificar a factualidade das concessivas introduzidas por *embora* no Nível Interpessoal, já que a oração *embora não tenha nada a ver com a minha vida hoje... minha vida profissional*, na visão do falante, é uma verdade absoluta.

A análise das ocorrências nos mostra que a construção concessiva prefaciada por *embora* na condição de *função retórica* pode apresentar verbos no indicativo (cf. 12), mas a forma verbal recorrente é o subjuntivo (cf. 13), modo característico das concessivas introduzidas por essa conjunção, como indicado na 3ª etapa do processo de gramaticali-

zação dessa conjunção, conforme a Seção 1. O uso de formas verbais no indicativo não é reconhecido pela tradição gramatical, no entanto, Crevels (1998) postula que o indicativo pode ser mais recorrente do que o subjuntivo nas camadas mais altas da estruturação de uma oração.

- (12) Doc.: Vandir eu sei que você gosta bastante de pescar **embora** *youê ultimamente não tá tendo muito tempo* mas como que é que se faz um pescueiro? (AC-107;RP:L.124)
- (13) Inf.: olha... eu acho que o casamento... é... uma::... uma instituição... que... sempre foi muito válida... e nos dias atuais... eu acho que ela ela::... continua sendo válida... **embora**... *eu veja mudan::ças de de::... no decorrer dos a::nos*... há mudanças da dada cabeça JOvem com relação às coisas... mas eu acho... que o casamento... é uma base familiar muito forte... (AC-150;RO:L.418)

Além do indicativo e do subjuntivo, quando a concessão ocorre entre Atos Discursivos, nossos dados revelam a ocorrência de uma forma verbal comum a outras conjunções concessivas, que não *embora*, trata-se do uso do infinitivo, conforme apresentamos em (14):

- (14) [...] como eu volto a repetir eu sou caseiro então *prefiro muito ficar nessa casa embora ser simples ser uma casa... que:: muito:: simples mesmo* mas ela é tem uma felicidade que muitas casas grandes não tem então por isso eu:: prefiro ficar em casa (AC-91;DE:L.112)

Na ocorrência anterior, hipotetizamos que a ocorrência do infinitivo *ser* acompanhando a conjunção *embora* seja uma idiossincrasia do falante, uma vez que foi o único caso detectado em todo o universo investigado. Observemos que o participante *a casa* é o mesmo em ambas as construções envolvidas, na principal e na subordinada, condição que parece ser necessária para que o infinitivo ocorra.

As construções envolvidas na relação de concessão enquanto *função retórica* correspondem, no Nível Morfossintático, a uma Oração, que nos termos da GDF, diz respeito a uma sequência de um ou mais Sintagmas, ou, possivelmente, de Palavras que apresentam um padrão de ordenação e de expressões morfológicas de conexão (regras de concordância, regência etc.). Na relação de concessão, temos, portanto, duas Orações envolvidas, as quais não são ordenadas aleatoriamente. Nossos dados revelam que, nesse caso, a Oração Concessiva ocorre geralmente posposta à Oração Principal, conforme representado a seguir:

P ^I	P ^M	P ^{M+1}	P ^F
ela	continua sendo	válida	<i>embora... eu veja mudan::ças de de::... no decorrer dos a::nos...</i>

Essa posição pode ser facilmente compreendida quando nos atentamos aos aspectos pragmáticos, discursivos e argumentativos das concessivas pospostas. De acordo com Barth (2000), essas construções apresentam funções de natureza discursivo-organizacionais, tais como assinalar a introdução de informações adicionais (uma estratégia que pode ser encarada como uma maneira de restringir o conteúdo da primeira oração) ou sumarizar mudanças prévias de argumentos. Essas funções complementam a função

discursiva de correção proposta por Günthner (2000) e nos mostra que as concessivas pospostas introduzidas por *embora* se relacionam claramente aos aspectos pragmáticos da interação, pois o falante organiza seu discurso a fim de orientar o seu interlocutor e, dessa forma, alcançar seus objetivos conversacionais.

Em (13), por exemplo, nota-se que a concessão é realizada pelo falante na tentativa de considerar algo que ainda não havia mencionado. Retomando a ocorrência, percebe-se que a oração principal apresenta uma visão conservadora a respeito do casamento, e a concessiva, que se pospõe a ela, uma visão menos conservadora: *eu acho que o casamento... é... uma::... uma instituição... que... sempre foi muito válida... e nos dias atuais... eu acho que ela ela::... continua sendo válida... embora... eu veja mudan::ças de de::... no decorrer dos a::nos...* Observamos que a oração concessiva é colocada pelo falante como uma estratégia para fazer uma nova consideração sobre a instituição casamento, organizando seu discurso.

Vimos até agora que nossos dados corroboram a afirmação de Hengeveld e Mackenzie (2008) no que tange à atuação da concessão em diferentes camadas: a do Conteúdo Proposicional, no Nível Representacional, ou a do Ato Discursivo, no Nível Interpessoal. Esta pesquisa revela, como mencionado, que 14% das concessivas introduzidas por *embora* ocorrem na primeira camada e 26%, na segunda.

Evidencia-se neste estudo, no entanto, um terceiro tipo de oração concessiva introduzida por *embora*, trata-se de construções que atuam na camada do Movimento, que, como já mencionado, é a camada mais abrangente do Nível Interpessoal. São orações que não apresentam uma oração anterior ou posterior à que se subordinam, ou seja, não precisam de uma oração principal para se estabelecerem no discurso.

Orações introduzidas por *embora* sem oração principal

Os dados revelam a existência de um tipo de oração concessiva não previsto pela GDF. Trata-se de orações que não se subordinam a uma oração principal as quais correspondem às concessivas textuais postuladas por Crevels (1998), pois se estabelecem no discurso apenas por meio de uma relação pragmática, conforme exemplifica (15) a seguir:

- (15) Inf.: é uma coisa que foi muito marcante prá MIM foi que eu conheci o pai dos meus filhos eu tinha mais ou menos uns quatorze prá quinze anosné?] a gente namoro::u durante um a::no... e:: a gente eu peguei engravidei dele né? não FOI um uma gravidez deseJADA mas aconteceu a gente encarou a gravidez né?... ham:: eh:: eh:: fiquei:: tive a gestação perfei::ta né?meus pais **embora** não aceitaram MUI::toné? mas eles impuseram a condição de que eu fosse morar com ele ou casar... (AC-40;NE:L.10)

Em (15), não se consegue localizar a oração principal, a qual se subordina a concessiva *embora meus pais não aceitaram muito*, já que a oração anterior *tive a gestação perfeita* ainda se refere à porção textual precedente *a gente encarou a gravidez*. A oração concessiva, nesse caso, ocorre independentemente de outras orações, sendo que ela, sozinha, consegue se estabelecer no discurso.

Tomando como exemplo a ocorrência (15), verificamos que a informante interrompe a oração *meus pais impuseram a condição de que eu fosse morar com ele ou casar* para inserir a oração concessiva *embora não aceitaram muito*. A concessão funciona como uma inserção parentética (JUBRAN, 2006), uma estrutura morfossintática e semanticamente independente de outras orações, que se sustenta apenas por uma dependência pragmática (STASSI-SÉ, 2012).

Essa oração, no arcabouço da Gramática Discursivo-Funcional, corresponde a um Movimento (GARCIA; PEZATTI, 2013), a camada mais alta do Nível Interpessoal. Isso se deve ao fato de que a concessão, nesse caso, equivale a um lance na interação, uma inserção que o falante realiza para acrescentar uma informação que julga relevante do ponto de vista interacional. O Movimento, segundo Kroon (1997, p. 20), é “a unidade mínima livre do discurso, capaz de participar de uma estrutura de interação”.⁷

Curiosamente, 60% das ocorrências coletadas ocorrem nesse Nível. Tal recorrência pode significar que, no português falado na variedade adotada, a do noroeste paulista, as orações introduzidas por *embora* se especializando em funcionar como parêntese, na verdade um acréscimo de informação do falante para a interação.

Há algumas marcas que comprovam o funcionamento parentético dessas orações introduzidas por *embora*. Dentre elas, destacamos a presença de Atos Interativos (*né?*, *não é*, *sabe?* etc.) nas fronteiras da estrutura inserida, delimitando-a, conforme ilustra (16) a seguir:

(16) Inf.: mas assim foi ótimo... viajei de madrugada porque a passagem... era mais barata né?

Doc.: aham

Inf.: e:: num tive receio algum:: éh::... o serviço de bordo foi muito bom... **sabe?***embora fosse:: éh:: assim a passagem assim mais econômica né?* [...] mas foi tudo legal (AC-134;NE:L.16)

Em (16) notamos que a construção concessiva *embora fosse a passagem mais econômica* é delimitada por dois Atos Interativos, *sabe?* e *né?*

Os Atos Interativos são atualizados por formas invariáveis, enviadas diretamente do Nível Interpessoal para o Fonológico. Geralmente estão voltados ao Destinatário (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 77), o que nos confirma a atuação dessas construções no processo de interação entre falante e ouvinte e assinalam quebras prosódicas obrigatoriamente, tais como pausas e mudança de contorno prosódico.

Essas orações, assim como as orações introduzidas por *embora*, que atuam entre Atos Discursivos, são sempre factuais, pois, nesse caso, o Movimento é constituído por um único Ato Discursivo que, conforme Pérez Quintero (2002), é assertivo, já que, na visão do falante, serão verdadeiros e reais.

Tais construções apresentam características morfossintáticas que comprovam sua independência de outras orações, dentre elas, destacamos a ocorrência de verbos no indicativo, como se se pode observar na ocorrência (15) apresentada anteriormente, em que

⁷ No original: “Move is defined as minimal free unit of discourse that is able to enter into an exchange structure” (KROON, 1997, p. 20).

se nota o verbo *aceitaram* no Presente do Indicativo. O indicativo não é o modo esperado quando se trata de concessão (CASTILHO, 2010), mas é uma forte característica das orações introduzidas por *embora* quando constituem Movimentos.

Essas estruturas concessivas, introduzidas por *embora*, são caracterizadas, portanto, pela recorrência do indicativo e pela presença de Atos Interativos que acabam delimitando-as sintática e prosodicamente. É importante mencionar ainda que elas não apresentam dependência semântica com relação à oração imediatamente anterior e posterior, pois a única relação delas é com a interação, já que o falante, ao enunciar a concessão, insere algo que julga pertinente ao seu ouvinte no momento da fala, uma informação que ele julga importante do ponto de vista interacional.

Considerações finais

A descrição das orações concessivas introduzidas por *embora* à luz da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) mostra que essas estruturas podem se constituir em três diferentes camadas: a do Conteúdo Proposicional, pertencente ao Nível Representacional, a do Ato Discursivo e a do Movimento, ambas pertencentes ao Nível Interpessoal, apresentando tendência a ocorrer nessa última.

No primeiro caso, quando a relação de concessão introduzida por *embora* ocorre entre Conteúdos Proposicionais, a concessão obedece o esquema proposto por Neves (2000), *Embora P, Q*, em que o falante adianta, na oração concessiva, um possível contra-argumento por parte do ouvinte com relação ao que será apresentado na oração principal. Nesse caso, a oração concessiva introduzida por *embora* representa a *função semântica* concessão no Nível Representacional.

Já quando essa oração ocorre entre Atos Discursivos, a concessão configura uma *função retórica* no Nível Interpessoal, uma estratégia utilizada pelo falante para orientar seu ouvinte e, assim, atingir seus objetivos conversacionais. Trata-se de estratégia de natureza discursivo-organizacional, que pode funcionar como correção (do que foi dito na principal ou de uma possível interpretação equivocada do ouvinte) ou como sinalização de mudança prévia de argumentos.

Ainda no Nível Interpessoal, este trabalho revela que a relação de concessão introduzida por *embora* pode funcionar como um lance realizado pelo falante quando ele julga necessário acrescentar uma informação ao ouvinte, o que caracteriza, na GDF, um Movimento, uma estrutura que não apresenta relações morfossintáticas nem semânticas com outras orações, apenas pragmática, atuando no processo de interação, o que configura uma *função interacional*, conforme postula Stassi-Sé (2012). Para a autora, quando *embora* introduz uma oração que configura um Movimento, não pode mais ser considerada uma conjunção subordinativa, mas sim um *indicador de função interacional*.

Os resultados desta pesquisa revelam, em resumo, que nos dados do português falado no noroeste de São Paulo, a conjunção *embora* está se especializando em introduzir estruturas que atuam no domínio pragmático, especificamente no processo de interação entre falante e ouvinte.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.
- BARTH, D. “That’s true, although not really, but still”: expressing concession in spoken English. In: COUPER-KUHLEN, E.; KORTMANN, B. (Ed.). *Cause, condition, concession, contrast cognitive and discourse perspectives*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000. p. 411-437. (Topics in English Linguistics, 33).
- CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 28. ed. São Paulo: Nacional, 1985.
- COUPER-KUHLEN, E.; THOMPSON, S. A. Concessive patterns in conversation. In: COUPER-KUHLEN, E.; KORTMANN, B. (Ed.). *Cause, condition, concession, contrast cognitive and discourse perspectives*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000. p. 381- 410.
- CREVELS, M. Concession in spanish. In: HANNAY, M.; BOLKESTEIN, A. M. (Ed.). *Functional grammar and verbal interaction*. Amsterdam: John Benjamins, 1998. p. 129-148.
- CUNHA, C. F.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- _____. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DIK, S. The theory of functional grammar: the structure of the clause. Dordrecht: Foris Publications, 1989.
- GARCIA, T. S. *As relações concessivas no português falado sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional*, 2010. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos – Área de concentração: Análise Linguística) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Campus de São José do Rio Preto. 2010.
- GARCIA, T. S.; PEZATTI, E. G. Orações concessivas independentes à luz da Gramática Discursivo-Funcional. *ALFA*, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 475-494, 2013.
- GONÇALVES, S. C. L. G. *Banco de dados Iboruna: amostras eletrônicas do português falado no interior paulista*. Disponível em: <<http://www.iboruna.ibilce.unesp.br>>. Acesso em: 21 mar. 2010.
- GÜNTNER, S. From concessive connector to discourse marker: the use of obwohl in everyday German interaction. In: COUPER-KUHLEN, E.; KORTMANN, B. (Ed.). *Cause, condition, concession, contrast cognitive and discourse perspectives*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000. p. 339-468. (Topics in English Linguistics, 33).

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: a typologically based theory of language structure*. Oxford: University Press, 2008.

_____. Alinhamento interpessoal, representacional e morfossintático na Gramática Discursivo-Funcional. *DELTA*, São Paulo, v. 25, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44502009000100007&script=sci_arttext>. Acesso em: 16 maio 2014.

_____. Gramática Discursivo-Funcional. Tradução de M. M. Dall’Aglio-Hattner. In: SOUZA, E. R. *Funcionalismo Linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, 2012.

ILARI, R. As Conjunções. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. *Gramática do português culto falado no Brasil: classes de palavras e processos de construção*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, v. 2. p. 809-864.

JUBRAN, C. C. A. S. Parentetização. In: JUBRAN, C. C. A.; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, v. 1. p. 301-357.

KÖNIG, E. On the history of concessive connectives in English, diachronic and synchronic evidence. *Lingua*, Amsterdam, v. 66, n. 1, p. 1-19, 1985.

KROON, C. Discourse markers, discourse structure and Functional Grammar. In: CONOLLY, H. J. (Ed.). *Discourse and pragmatics in Functional Grammar*. New York: Mouton de Gruyter, 1997. p. 17-32.

MIZUNO, Y. *Although clauses in English discourse: a functional analysis*. 2007. 194f. Tese (Doutorado) – The Graduate School of Letters, Universidade de Hokkaido, Sapporo. 2007.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

NEVES, M. H. M. et al. As construções hipotáticas. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. *Gramática do português culto falado no Brasil: classes de palavras e processos de construção*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, v. 2. p. 937-1015.

PÉREZ QUINTERO, M. J. *Adverbial subordination in English: a functionalist approach*. Amsterdam: Rodopi, 2002.

STASSI-SÉ, J. C. *Subordinação discursiva no português à luz da gramática discursivo-funcional*. 2012. 194f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto. 2012.